



AUTOR(ES): VALDIMIR PEREIRA REIS, ETEVALDO DA SILVEIRA CALDAS, ETELVINA DE QUEIROZ SANTOS e MARIA DO AMPARO DE OLIVEIRA BRITO.

A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA RETRATADA NAS PRODUÇÕES LITERÁRIAS ESTUDANTIS DE UMA ESCOLA PÚBLICA BAIANA

Introdução

O propósito deste trabalho é apresentar o resultado de uma pesquisa de mestrado que faz análise das produções do projeto Tempos de Artes Literárias - TAL, no ano de 2013, em uma escola pública do sudoeste baiano, relacionando a realidade social e política do Brasil com as manifestações ocorridas em 2013, tendo algumas delas dado destaque para o tema da criminalização da política.

Para tanto, realizamos a análise do conteúdo destas composições com o objetivo de identificar as influências que estes estudantes receberam e que foram reproduzidas nas produções de seus textos. É importante destacar que as manifestações de junho de 2013 ficaram conhecidas como as Jornadas de junho, um evento de grande mobilização e que teve forte apoio da grande mídia nacional. Isto posto, compreender o contexto histórico das produções artísticas do TAL no ano de 2013 é de grande relevância uma vez que, nesse ano, os fatos acontecidos deram início às crises que o Brasil enfrenta atualmente: instabilidade política, institucional e a demolição dos direitos e garantias conquistadas pelos trabalhadores ao longo da sua história.

Material e métodos

Para a realização deste trabalho, fizemos o levantamento bibliográfico dos autores que discutiram as manifestações de 2013 e o tema da Criminalização da política. Adotamos a metodologia baseada numa abordagem qualitativa, que, segundo Gil (2008), privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade.

Recorremos à técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977) trabalha a palavra e tenta compreender os participantes ou o ambiente num momento determinado. Como análise que se apoia nesta perspectiva, trabalhamos com as composições estudantis que apresentam um discurso que ocorre dentro de um contexto, buscando desvendar o que está por trás das ideias.

Resultados e discussão

O TAL foi criado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e começou a ser implantado a partir março de 2009, em toda rede estadual de ensino, e, segundo a Síntese Dos Projetos Estruturantes – SPE (2015) se tornou o maior projeto de arte literária voltado para a juventude estudantil.

Segundo a SPE (2015) o TAL é composto de três fases: a primeira é interna, ou seja, acontece na escola e o aluno melhor classificado é inscrito para a segunda fase que acontece em nível regional sob a responsabilidade do Núcleo Territorial de Educação (NTE). Este escolhe um para participar do sarau estadual que fica a cargo da Secretaria Estadual de Educação, constituindo assim a terceira etapa.

O estudante tem liberdade para a escolha do tema ou temas a serem tratados na sua produção bem como o gênero textual e gênero literário, ou seja, o aluno não é induzido pelo professor, este deve orientá-lo no sentido de ajudar a melhorar o texto que ele pensou.

O momento da produção dos poemas ocorreu no mês de junho, quando coincidentemente iniciaram os protestos nas capitais e grandes cidades, envolvendo principalmente jovens, e ficaram conhecidos como “Jornadas de junho”. Protestos estes que repercutiram na grande mídia, o que levou a ter um forte apoio popular.

Recorrendo aos estudos empíricos realizados por Souza (2016), nos quais evidenciam que as manifestações de junho de 2013 foram iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) que naquele momento lutava contra o aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos) na passagem de ônibus na cidade de São Paulo.



Souza (2016) mostra que os grandes meios de comunicação mudaram a sua forma de cobertura jornalística no decorrer do protesto. Ele tomou por base o Jornal Nacional (JN) da Rede Globo, por ser a porta-voz da reação conservadora da sociedade. Assim aponta que o JN fez a primeira referência às manifestações no dia 10 de junho de 2013, de forma negativa, enfatizando o tumulto, o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população. A cobertura continuou negativa no período de 12 a 16 de junho.

Souza (2016) aponta que a partir do dia 17 de junho a cobertura do JN mudou completamente. O sentido mudou de negativo para positivo. Os protestos passam a ser a “expressão democrática”. A bandeira brasileira é incluída como símbolo e os protestos são chamados de pacíficos. A pauta, o aumento das passagens de ônibus, deixa de ser municipal, e é federalizada passando a ser contra a PEC 37, contra a corrupção e contra os gastos da copa do mundo.

Souza (2016) afirma que as manifestações de 2013 marcam um ponto de virada da hegemonia ideológica das altas taxas de aprovação aos presidentes petistas. Foi o início do cerco ideológico que resultou no impedimento da presidente.

É importante ressaltar que nenhum dos estudantes que fez os poemas participou dos protestos, os seus contatos ocorreram somente pela cobertura realizada pela mídia.

Para fazer a análise dos conteúdos expressos pelas composições do TAL que trazem o tema da criminalização da política, faz-se necessário entender que toda sociedade é constituída de classes sociais. Compreender a sua dinâmica dentro do contexto é essencial para fazer a interpretação da realidade social. Para Souza (SOUZA, 2017, p. 52) “[...] a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade”

Em algumas produções literárias, os estudantes fizeram direta ou indiretamente referência a criminalização da política, inclusive ao tema da corrupção serviu a esse propósito, quando foi percebida como uma prática exclusiva de quem cumpre uma função pública no Estado. Evidenciaram também um forte apelo à mudança, no sentido de fazer a alteração de governo.

Neste sentido, Barbosa (2016) relata que durante as manifestações de 2013 havia pessoas que eram apartidárias, ou seja, não integravam a nenhum partido, outras eram antipartidárias e faziam a demonização dos partidos, hostilizando-os nos protestos. Warren (2014) observa que os manifestantes expressavam intolerância e antagonismos em relação às siglas partidárias presentes no movimento.

Durante as manifestações apareceram muitos cartazes que eram confeccionados à mão pelos próprios participantes, como enumera Pinto (2017), com dizeres: o povo unido não precisa de partido, ou para a roubalheira ou paramos o Brasil, meu partido é meu país.

Souza (2016) assegura que a cobertura da televisão explicava que as manifestações contra o governo eram espontâneas e apartidárias, por isso os integrantes de partidos foram hostilizados. Assim, criou um sentimento de que se tivesse ligação a algum partido teria uma visão restrita e lutava só por interesses particulares, enquanto quem não estivesse vínculo partidário lutava pelo interesse público.

Por este ângulo, Pinto (2017) identifica que até a redemocratização do país, a partir de 1980, os manifestantes que iam às ruas eram identificados com posições políticas de esquerda e de centro-esquerda, a partir de 2013 se identificam com posições de direita e de centro.

Neste contexto, Souza (2016) assegura que os atores das Jornadas de junho foram a fração moralista e conservadora da classe média, um velho conhecido da história brasileira, que sempre desprezou e odiou pobre, mas a reconstrução desse segmento foi realizada para parecer um novo ente. Nessas manifestações, a camisa da seleção brasileira de futebol e o Hino Nacional se tornaram símbolo. “[...]É a camisa que passa a mensagem mais importante: ‘não somos de nenhum time, não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e torcemos pelo Brasil’” (SOUZA, 2016, p. 101).

Diante dessas manifestações surgem os questionamentos, qual o sentido de criminalizar a política? Quem ganha e quem perde com essa criminalização? Para isso, realizamos a análise dessa compreensão nas produções dos estudantes e o que significa para as classes populares a cimentação da criminalização da política.

Segundo Souza (2017) as noções de personalismo e de patrimonialismo, já abordado na seção anterior, criou a ideia de tratar com desconfiança todos aqueles que assumem o poder político. Mesmo não tendo comprovação de um desvio de conduta de um agente político, a imprensa pode acusá-lo, pois este ato já está legitimado pela forma de pensar do brasileiro que não acredita que nenhum político não faça desvio de recursos públicos.

Assim, acusar uma pessoa que tem mandato político de corrupção é um ato banal e o acusador já recebe a credibilidade, pois há crença no senso comum e até na ciência para justificar a acusação. Nesta situação fica a cargo do acusado provar que é inocente, se for algo que lhe interessa.

A corrupção apresentada pela mídia, que só condena o agente público do estado, é uma forma de criminalizar a política. É comum ouvir expressões como: “todo político é corrupto” ou “quem é honesto não entra em política” e ainda “toda pessoa honesta que entra na política se corrompe”. Essa forma de tratar a política partidária faz que uma grande parte das camadas populares se afaste desta atividade e, por isso, tem pouco poder na formulação das políticas públicas.

Procurando esclarecer a compreensão de Souza (2017), que nos indica que o sistema político foi montado para ser corrupto e garantir a elite do dinheiro no poder pelo sistema de financiamento de campanha, vemos que a grande parte dos agentes políticos eleitos tiveram suas campanhas financiadas (compradas) e, portanto, defendem os interesses de seus corruptores, mas “[...] o ataque midiático é feito para parecer que a corrupção é obra de pessoas privadas ou partidos específicos”. (SOUZA, 2017, 123)

Souza (2017) sustenta que os motivos para criminalizar a política são em primeiro lugar uma forma de tirar das camadas populares a possibilidade de participar da intervenção dos destinos do Estado. Ele também nos chama atenção que sempre partiu do Estado, as poucas vezes que se teve alguma preocupação com a ascensão das camadas populares.

Numa sociedade como a nossa, que tem uma enorme desigualdade social, deixar a maior parte da população de fora da decisão da divisão do bolo, é o que gera a maior concentração de renda na mão de poucos ricos e a perpetuação da pobreza extrema.

Souza (2016) ressalta que os ataques da mídia a Lula e ao PT não foram ataques a pessoas e a partidos, “[...] foram ataques a uma política bem-sucedida de inclusão das classes populares que Lula e o PT representaram” (SOUZA, 2016, p. 85).

Outro motivo que Souza (2017) menciona para criminalizar a política é para que a economia não tenha a sua mediação e fique a serviço da elite do atraso e não tenha o controle do Estado, deixando-a para a influência do mercado, que faz a rapinagem dos recursos públicos.

Continua discorrendo Souza (2017) que a interpretação de Sérgio Buarque de localizar uma elite maldita no Estado é uma forma de tornar invisível o mercado dominado por atravessadores financeiros. Dessa forma, constrói-se o Estado corrupto e o mercado o seu oposto, assim o Estado é sempre suspeito, principalmente se é dirigido por alguém que não está disposto a fazer o jogo do mercado de capturar o Estado para si.

Souza (2016) aponta que nas manifestações de junho de 2013, os partidos políticos foram criminalizados, mas como só os partidos de esquerda têm capilaridade e militância, somente eles foram afetados por essa visão. Dessa forma, a esquerda foi criminalizada e consequentemente perdeu expressão política para fazer a defesa do princípio da igualdade social, o que deixou vulneráveis as camadas mais pobres.

Dessa forma, um dos motivos para criminalizar a política é tirar dos mais pobres as possibilidades da ascensão social. Como nos indica Souza (2017) que foi por meio da política que os governos petistas iniciaram a elevação da condição de vida da ralé e se essas políticas fossem levadas a diante, em poucas gerações, redimiria essa classe.

Por isso, como argumenta Souza (2017), a elite e a classe média, nas manifestações de 2013, reagiram pedindo mudanças, como forma de retirar o governo e consequentemente alterar as políticas sociais de atendimento às classes populares. Porém, as camadas populares ficaram quietas e “[...] passivas e algumas vezes, inclusive, açodando e participando do movimento” (Souza, 2017, p. 89).

Considerações finais

Diante do exposto, este estudo evidenciou que a criminalização da política e o desejo de mudança, mais no sentido de alteração do governo federal, foram influenciados pelas manifestações de junho de 2013, que tiveram uma enorme cobertura jornalística realizada pela grande mídia. Tal postura serviu para criminalizar os partidos de esquerda e interromper a progressão das políticas de inclusão social que vinham superando as desigualdades abissais no Brasil.

Neste contexto, os estudantes ainda não tinham a compreensão de que toda política tem que ter sua base social para dar sustentação ao seu desenvolvimento. A consequência mais danosa de seguir uma narrativa feita pela grande mídia, a partir das manifestações de 2013, foi por freio no processo de ascensão social das camadas populares.

Olhando esta situação sob a ótica de Souza, podemos afirmar que os estudantes foram vítimas da violência simbólica que a classe dominante impõe sobre a classe trabalhadora e da ralé, quando estes estudantes fizeram a defesa das ideias da classe dominante que estavam sendo levadas às ruas pela classe média e amplamente divulgada pela grande mídia.



Referências

BAHIA. **Síntese dos Projetos Estruturantes**. Bahia: Secretaria de Educação do Estado da Bahia/Jornada Pedagógica 2015.

BARBOSA, Gisele Heloíse; KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Os Protestos de Junho de 2013: Movimentos Sociais e Reivindicações**. Belo Horizonte, set. 2016.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. A Trajetória Discursiva das Manifestações de Rua no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, fev-2017.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

WARREN, Ilse Scherer. Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na Política. **Caderno CRH**. Salvador, maio/ago – 2014, v. 27, nº 71.